



**MULTINER S.A.**  
**CNPJ/MF 08.935.054/0001-50**  
**NIRE 33300282459**

**Companhia Aberta**

**Proposta da Administração da Companhia à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2010, às 11:00 horas, a ser realizada em local a ser informado no Edital de Convocação.**

Senhores Acionistas,

A Administração da Multiner S.A. (“Companhia” ou “Multiner”), nos termos que dispõe a legislação pertinente e o Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da Companhia vem propor a V.Sas., em razão da Assembleia Geral Ordinária, deliberar conforme segue:

**i) Apreciação das contas referentes ao exercício findo em 31/12/2009:**

Aprovar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Comercial, todos em 12/03/2010.

Os seguintes materiais encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia, no *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no *website* da Companhia ([www.multiner.com.br](http://www.multiner.com.br)):

- Relatório da Administração;
- Cópia das Demonstrações Financeiras;
- Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência – Anexo I a presente Proposta da Administração, atendendo ao disposto no artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009;
- Parecer dos Auditores Independentes;
- Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP.

**ii) Proposta de destinação do Lucro Líquido, referente ao exercício findo em 31/12/2009:**

Considerando o resultado negativo do exercício, em R\$ 45.651 mil, não se aplica a proposição de destinação do lucro líquido. Desta forma, também não se aplica a exigência ICVM 481 de apresentação do Anexo 9 I II da mesma Instrução.

### **iii) Eleição dos Administradores:**

Proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia pelo período de 1 (um) ano.

Os currículos dos atuais membros seguem abaixo, e encontram-se disponíveis também no site da Companhia:

**Sr. José Augusto Ferreira dos Santos.** Presidente do Conselho de Administração: Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Contábeis Moraes Junior em 1977. Iniciou sua carreira em 1975 no Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A, chegando a ocupar o cargo de Gerente, permanecendo até 1978. De 1978 a 1981, ocupou o cargo de Diretor Adjunto do Banco Mercantil de São Paulo. Em 1981, ingressou na Senso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A no cargo de Diretor e permaneceu nesta função até 1985, ano que saiu para ocupar o cargo de Diretor Superintendente da Ponto 3 Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. Em 1994, iniciou suas atividades no Grupo BVA, tendo ocupado, até 2008, o cargo de Diretor-Presidente do Banco BVA, do qual é atualmente Presidente do Conselho de Administração.

**Sr. Jorge Amilcar Boueri da Rocha.** Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1973. Concluiu sua pós-graduação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ em 1977 e em 1978 concluiu sua segunda pós-graduação pela Faculty of Engineering of University of Waterloo, Canadá. Ainda em 1978, fez um curso de extensão universitária na Bonneville Power Administration, EUA. Em 1995, concluiu MBA Executivo pelo COPPEAD-UFRJ. Fez ainda curso de engenharia econômica pela UERJ, em 1985 e participou do PRODESEL – Programa de Desenvolvimento de Executivos do Setor Elétrico Brasileiro, concluído em 1997, ministrado pela USP. Iniciou sua carreira profissional em 1974 na Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, onde permaneceu até 1999, saindo para ocupar o cargo de Diretor de Geração na Companhia Estadual de Engenharia Elétrica – CEEE. Em 2000 voltou para a Eletrobrás, permanecendo até 2002. Foi ainda Diretor de Produção e Comercialização da Parnamirim Energia S/A, de 2002 a 2006, e é Diretor-Presidente da Rio Amazonas Energia S/A.

**Sr. Carlos Henrique Figueiredo.** Formado em Economia pela Universidade Cândido Mendes, em 1982. Concluiu sua pós-graduação em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1983. Em 1994, concluiu MBA Executivo pelo COPPEAD-UFRJ. Iniciou sua carreira em 1985 como Gerente do Banco Mercantil de São Paulo. Em 1986, foi contratado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para atuar como Auditor na área de Auditoria Externa, permanecendo nesta função até 1987. Em 1987, ingressou como Diretor no Banco Bozano, Simonsen S/A, permanecendo até 2000, sendo um dos

responsáveis pela implementação e supervisão das operações de seguro e previdência do grupo. No ano de 2000, iniciou suas atividades no Banco BVA S/A, ocupando o cargo de Diretor Executivo, onde permaneceu até 2007.

**Sr. Mauro Molchansky.** Formado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas em 1973. Concluiu sua pós-graduação em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas RJ em 1974 e sua segunda pós-graduação em Finanças Corporativas pela Stanford University – USA em 1988. Iniciou sua carreira em 1974 como Analista Financeiro da Exxon, permanecendo até 1976. De 1976 a 1979, trabalhou na Tesouraria da Vale S/A. Em 1979, ingressou na EXPO/XEROX, ocupando a posição de Gerente Geral, onde permaneceu até 1984. Em 1984, saiu da EXPO/XEROX para ocupar a posição de Administrador Financeiro da Ralston Purina, permanecendo até 1989, ano em que iniciou suas atividades como Diretor Financeiro da Aracruz Celulose S/A. Após sair da Aracruz Celulose S/A em 1994, ingressou na Globopar, onde ocupou a posição de Diretor Financeiro e Presidente. Desde 2002 é Sócio-Presidente da RealAssets, empresa dedicada ao aconselhamento na gestão de ativos financeiros e investimentos. O Sr. Molchansky é também Diretor e Conselheiro da Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA, Diretor e Conselheiro da Câmara de Comércio Americana – AMCHAM, Conselheiro da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, Conselheiro da Associação Projeto Rodaviva, Presidente da Lubavitch e ex-Conselheiro da Fidúcia.

**Sr. Luis Octavio da Motta Veiga.** Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Concluiu sua pós graduação em Direito Tributário pela FGV em 1977. Iniciou sua carreira em 1979 como Advogado da Anglo American Corporation do Brasil Ltda, saindo em 1983 para ocupar o cargo de Diretor Executivo do Grupo BBM. Em 1986 tornou-se Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, pelo mandato de 2 anos, retornando ao Grupo BBM após o fim deste mandato. Em 1989, retornou para a Anglo American Corporation do Brasil Ltda. para ocupar o cargo de Diretor-Presidente, permanecendo até 1990, ano em que assumiu a Presidência da Petrobras entre os meses de março e outubro. Após esse período, iniciou suas atividades na Rayner Coffee – International Berisford International, onde era responsável pelas negociações de linhas de crédito e seguros para comercialização de café. Em 1993, tornou-se Presidente do Jornal do Brasil, deixando o cargo no mesmo ano. Desde 1995 é sócio do escritório Motta Veiga – Advogados, especializado em Direito Societário, Bancário e Contratos.

**Sr. Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque.** Formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1968, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ingressou em 1971 no Ministério Público do extinto Estado da Guanabara e se aposentou como Procurador de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Ainda em 1971, foi Diretor Jurídico da Companhia Luz Steárica – Moinho da Luz. De 1985 a 1987, exerceu o cargo de Diretor da Caixa Econômica Federal. Atuou ainda como Encarregado de Assuntos Jurídicos, Financeiros e Constitucionais da Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e de 1987 a 1990, foi Secretário de Estado da Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Albuquerque é ainda membro efetivo do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas, membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Público, Vice-Presidente da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas e Membro do Conselho Consultivo do Centro de

Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral da Justiça. O Sr. Albuquerque é também Conselheiro efetivo da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Rio de Janeiro, integrando, ainda, o Tribunal de Ética e Disciplina da instituição no período de 2003 a 2006.

**Sr. Alexej Predtechensky.** Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e em Direito pelo Instituto de Educação Superior de Brasília. Iniciou sua carreira em 1978, como Coordenador de Obras da TRANSPAVICODRASA S.A., onde permaneceu até 1982. Posteriormente exerceu, por seis anos, posições de gerência na ENTERPA S.A. Engenharia. De 1988 a 1990, assumiu o cargo de Gerente Geral da empresa Sakamori Construction Nigeria Ltd. para obras financiadas pelo Banco Mundial na Nigéria. Em 1990, tornou-se Superintendente da Regional Brasília da Encol S.A., função que desempenhou até 1995. Em outubro de 1998, tornou-se Diretor de Relações Institucionais do Grupo Meio Norte, do ramo de comunicação. Dois anos depois, em 2000, foi o Responsável Técnico da Dragaport Ltda, onde atuou até dezembro de 2005. Em fevereiro de 2006, assumiu o cargo de Presidente da POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, que ocupa até o presente momento. Conselheiro independente indicado pelo Multiner Fundo de Investimentos em Participações.

**Sr. Fernando Pinto de Matos.** Formado em Matemática pela Universidade Santa Úrsula, pós-graduado em Análise de Sistemas de Processamento de Dados pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa em Informática (IBPI) e mestre em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Iniciou sua carreira em 1985 como Analista de Sistemas do Banco Pactual S.A. Em 1987, ingressou, por meio de concurso público, na Petrobras onde atuou inicialmente no setor de Informática. Em 1992, foi nomeado Chefe do Setor de Valores da Gerência Mobiliária da PETROS - Fundação Petrobras de Seguridade Social. Em 1996, retornou à Petrobras no Setor de Viabilização Financeira de empreendimentos do Serviço de Engenharia (Segen), onde permaneceu até o final do ano de 1999. Em seguida, tornou-se Diretor Administrativo e Financeiro dos Estacionamentos Cinelândia S.A., onde esteve até dezembro de 2002. No ano de 2003, foi Gerente da Termelétrica Termorio, de propriedade da Petrobras. Em 2006, foi empossado como Diretor Financeiro da Brasil PCH S.A. Naquele mesmo ano, assumiu a Diretoria Financeira da Termoelétrica Potiguar S.A., permanecendo naquela posição até janeiro de 2008. Atualmente, desde 2004, exerce o cargo de Gerente de Financiamento de Projetos da Petrobras Distribuidora S.A. Ademais, o Sr. Matos, desde de 2006, é membro do Conselho de Administração da Companhia Energética Manauara S.A., além de já ter sido conselheiro da Termobahia S.A., nos anos de 2003 e 2004, e membro do Comitê de Investimento do Fundo BRASCAN de Investimentos em Óleo e Gás, entre novembro de 2002 e março de 2003. Conselheiro independente indicado pelo Multiner Fundo de Investimentos em Participações.

#### **iv) Fixar a Remuneração dos Administradores:**

Propõe-se aprovar, a título de remuneração para os Administradores da Companhia, o montante de R\$ 1.977.000,00 (hum milhão, novecentos e setenta e sete mil reais), em razão das responsabilidades assumidas, do tempo dedicado à Companhia e da competência profissional de cada um. Deste montante,

que não necessariamente será integralmente despendido, R\$ 588.000,00 (quinhentos e oitenta e oito mil reais) destinam-se ao pagamento dos honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês vinculados a esse órgão.

## ANEXO I

### COMENTÁRIO DOS DIRETORES: ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

#### 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

##### 10.1.

###### **a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Administração entende que a Companhia apresenta as condições financeiras e patrimoniais necessárias e suficientes para implementar seu plano de negócios, assim como cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

###### **b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas**

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com a prática de mercado, para empresas pré-operacionais do setor.

A Companhia possui ações preferenciais conversíveis em ações ordinárias, na proporção de 1/1, isto é, cada ação preferencial será convertida em uma ação ordinária, conversão esta que poderá ser exercida no 4º ano contado da data de aprovação da emissão das ações preferenciais, ou seja, a partir de 6 de dezembro de 2008.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, estas ações possuem direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados em igualdade com as ações ordinárias, direito de deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias na proporção de 1/1, caso a Companhia decida realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ações ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista detentor de tais ações preferenciais opte pela não conversão de suas ações, as mesmas serão resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivale ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em 6 semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderá ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, a partir da data do recebimento dessas quantias.

###### **c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando o perfil de nosso endividamento, a nossa posição de liquidez, bem como os projetos em implantação, acreditamos ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas e e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A estrutura de capital planejada para os nossos empreendimentos e projetos possui como premissa a captação de *funding* proveniente de instituições financeiras de fomento, nacionais e internacionais, na modalidade de *project finance*, para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos mesmos. Pretendemos manter este planejamento financeiro por meio de nossas sociedades de propósito específico exitosas na negociação de contratos de compra e venda de energia, assim como aquelas que serão criadas à medida em que nossos projetos venham a obter novos contratos desta natureza.

Atualmente não possuímos novas necessidades relevantes de capital de giro mas, caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, nacionais e internacionais, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa.

**f) níveis de endividamento e características das dívidas**

Tendo em vista que nossos projetos de investimento para construção de termelétricas, parques eólicos e hidroelétricas exigem grande quantidade de investimentos, é provável que continuemos a manter relevante nível de endividamento. Em razão disso, a relação entre capital e dívida da nossa companhia poderá variar significativamente no futuro.

A tabela a seguir demonstra nosso endividamento, na controladora e no consolidado nas respectivas datas:

	Vencimento	Encargos	Controladora		Consolidado	
			31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08
CCBs (1)	Até 2028	IGP-M + 9% a 9,65 % a.a.	109.117	-	327.787	307.397
(-) Custos a apropriar (2)			(19.344)	-	(53.513)	(55.733)
			89.773	-	274.274	251.664
Circulante			4.852	-	12.999	1.031
Não circulante			84.921	-	261.276	250.633

(1) Refere-se substancialmente a Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) emitidas pela controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO, colocadas pelo Banco BVA S.A., para financiamento das operações. Nessas captações incidem juros pro-rata temporis (IGP-M + 9% a 9,65 % a.a.), com saldo de principal de R\$265.200. Em 30 de abril de 2009, parte destas CCBs foram cedidas à Multiner, que assumiu todas as obrigações da emitente, inclusive o pagamento da dívida, conforme os termos das CCBs 5751 e 6144, passando a figurar como emitente das Cédulas.

(2) Refere-se aos gastos com assessoria financeira na captação das Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) pagos às empresas Banco BVA S.A., VP Promotora de Negócios e Consultoria Financeira, O.S. Assessoria e Planejamento Empresarial, Euro DTVM e BVA Empreendimentos S.A, que são amortizados considerando o prazo de vencimento dos contratos.

Os financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
2009	-	-	-	1.031
2010	4.852	-	12.999	12.169
2011	6.090	-	18.267	17.078
2012	6.090	-	18.267	17.078
2013	6.090	-	18.267	17.078
2014	6.090	-	18.267	17.078
2015	6.090	-	18.267	17.078
De 2016 a 2028	73.815	-	223.453	208.807
	<u>109.117</u>	<u>-</u>	<u>327.787</u>	<u>307.397</u>

#### g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A subsidiária New Energy possui limite contratado em 22 de setembro de 2009 com Banco do Nordeste do Brasil, no valor de R\$ 250 milhões, para desenvolvimento do parque eólico Alegria I. O financiamento tem vencimento em 22 de setembro de 2029, com taxa efetiva de juros de 10,0%a.a., equivalente a 0,7974% a.m., e conta com bônus de adimplência de 25%, calculado sobre os encargos. As garantias apresentadas foram carta de fiança bancária, no valor de R\$ 50 milhões, fundo de liquidez, equivalente a seis prestações ou R\$ 18,9 milhões, constituição de um segundo fundo de liquidez, no montante de R\$ 31,1 milhões, que ficarão depositados no Banco até 90 dias após o início dos créditos oriundos dos contratos de compra e venda de energia elétrica (“CCVEs”), penhor de direitos emergentes e penhor de direitos creditórios, além de penhor de ações. Os mencionados fundos de liquidez já se encontram integralmente constituídos.

A primeira parcela deste financiamento de, R\$105.585 mil foi liberado em fevereiro de 2010, e encontra-se registradas em nossa posição de endividamento.

#### h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

##### Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais

*COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008*



## Principais Alterações nas Contas do Resultado

	Em 31 de dezembro de				Var %
	Controladora	Consolidado			
	(em milhares de reais)				
	2009	2008	2009	2008	
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Pessoal	(2.555)	(2.519)	(5.607)	(2.519)	122,6%
Honorários dos administradores	(3.607)	(2.894)	(7.719)	(2.894)	166,7%
Gerais e administrativas	(5.087)	(1.462)	(9.658)	(1.462)	560,6%
Serviços de terceiros	(24.366)	(3.698)	(28.584)	(3.698)	673,0%
Tributárias	(173)	(38)	(356)	(38)	836,8%
Depreciação e amortização	(144)	(106)	(160)	(106)	50,9%
	<b>(35.932)</b>	<b>(10.717)</b>	<b>(52.084)</b>	<b>(10.717)</b>	<b>386,0%</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Despesas financeiras	(8.086)	(1.255)	(10.093)	(1.255)	704,2%
Receitas financeiras	9.530	178	9.798	178	5404,5%
	<b>1.444</b>	<b>(1.077)</b>	<b>(295)</b>	<b>(1.077)</b>	<b>-72,6%</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(11.163)</b>	-	-	-	
Resultado da Equivalência Patrimonial	(11.163)	-	-	-	
<b>Imposto de Renda e CSLL Diferidos</b>	-	-	<b>5.065</b>	-	
<b>Participações dos minoritários</b>	-	-	<b>1.663</b>	-	
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(45.651)</b>	<b>(11.794)</b>	<b>(45.651)</b>	<b>(11.794)</b>	<b>287,1%</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>					
<i>Pessoal</i>					

Nossas despesas consolidadas com pessoal relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram de R\$5.607 mil, representando um aumento de aproximadamente R\$ 3.088 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, quando nossas despesas com pessoal montaram R\$2,519 mil, um aumento portanto de 122,59%. Esse aumento decorreu principalmente do incremento em nosso quadro de pessoal, em função da aceleração do desenvolvimento de nossos empreendimentos e ao pagamento de bônus a nossos funcionários no valor de R\$1.084 em abril de 2009, em decorrência de nosso sucesso nos leilões de A-3 e A-5 realizados no decorrer de 2008, promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“Leilões A-3 e A-5” e “ANEEL” respectivamente).

#### ***Honorários dos administradores***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, na visão consolidada, pagamos honorários dos administradores no montante de R\$7.719 mil, contra um valor de R\$2.894 mil pago no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, verificando-se um aumento de aproximadamente R\$ 4.825 mil, o que representou uma variação de 166,72%. Esse incremento nas despesas com honorários dos administradores deve-se em grande parte (i) bônus de R\$4.645 mil pago a nossos diretores em abril de 2009, em decorrência de nosso sucesso nos Leilões de A-3 e A-5; e (ii) aos honorários devidos aos membros do nosso conselho de administração, criado em abril de 2009.

#### ***Gerais e administrativas***

As despesas gerais e administrativas, consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram de R\$ 9.658 mil, em comparação aos R\$ 1.462 mil verificados em 31 de dezembro de 2008, um aumento portanto de 560,6%. Esse incremento, de aproximadamente R\$ 8.196 mil, deve-se principalmente (i) ao aumento de R\$ 3.750 mil nos gastos com seguros, já que, por força dos editais dos Leilões de A-3 e A-5, nos quais fomos vencedores, contratamos, entre outros, seguros de engenharia, responsabilidade civil e seguros de performance relativos à finalização e entrega das obras das termelétricas de Santa Rita, Pernambuco III e IV e Termopower V e VI; (ii) ao aumento de R\$900 mil nos gastos com viagens de nossos colaboradores aos locais de nossos empreendimentos, para acompanhamento do desenvolvimento dos mesmos; (iii) ao aumento dos gastos com aluguel, em função da expansão do espaço da nossa sede social; (iv) aumento R\$ 1.100 mil com gastos com arrendamento de imóveis referentes aos projetos Alegria I e II; e (v) aumento de R\$ 586 mil em custos de transação, relativos sobretudo a taxas e comissões devidas sobre financiamentos bancários concedidos à Companhia e suas controladas.

#### ***Serviços de Terceiros***

As despesas consolidadas com serviços de terceiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram de R\$ 28.584 mil, um aumento de R\$ 24.886 mil em comparação aos R\$ 3.698 mil verificados em 31 de dezembro de 2008, uma variação, portanto, de 672,96%. Esse incremento deu-se, sobretudo, em decorrência de (i) aumentos não-recorrentes nos gastos com consultorias externas, tanto dirigidas ao estudo, análise e desenvolvimento de novos projetos, quanto à assessoria no desenvolvimento de projetos em curso; e (ii) pagamentos de comissões a instituições financeiras e outros agentes captadores de recursos, em função do aumento dos níveis de captação de recursos para financiamento dos projetos e empreendimentos da Companhia.

#### **Resultado Financeiro**

##### ***Despesas financeiras***

Nossas despesas financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram de R\$ 10.093 mil, contra despesas financeiras de R\$ R\$ 1.255 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma variação, portanto, de 704,22%. O aumento de aproximadamente R\$ 8.838 mil em nossas despesas financeiras decorre principalmente do reconhecimento de obrigações financeiras relativas à dívida representada por Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) emitidas pela New Energy Options Geração de Energia S.A. (“New Energy”), no valor aproximado de R\$ 109.117 mil (incluído o custo de captação), dívida esta assumida pela Companhia em abril de 2009, tendo como contrapartida a cessão, pela New Energy para a Companhia, de debêntures de emissão do BVA Empreendimentos SA, adquiridas pela New Energy com os recursos oriundos das CCBs.

##### ***Receitas financeiras***

Tivemos um aumento de aproximadamente R\$ 9.620 mil nas nossas receitas financeiras consolidadas, que passaram de R\$ 178 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, para R\$ 9.798 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento nas receitas financeiras é explicado pelo rendimento de juros sobre nosso saldo médio de caixa, que aumentou substancialmente no período em função dos aportes de recursos realizados pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações (“FIP Multiner”), no valor de R\$ 405.424 mil.

### Imposto de Renda e CSLL Diferidos

Não apresentávamos Imposto de Renda e CSLL Diferidos para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, em comparação a um benefício fiscal consolidado de R\$ 5.065 mil verificado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Essa variação é explicada sobretudo pelo reconhecimento de créditos tributários relativos à estimativa de lucros tributáveis futuros, apurados com base em estudo técnico aprovado pela administração da Companhia, para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

### Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Em 31 de dezembro de

	Controladora		Consolidado		Var %
	2009	2008	2009	2008	
	(Em milhares de reais)				
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	81.327	6.651	149.593	114.691	30,4%
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	71.270	-	
Adiantamentos a fornecedores	3.006	670	13.133	687	1811,6%
Partes relacionadas	903	153	912	162	463,0%
Pagamentos antecipados	-	-	7.137	-	
Impostos a recuperar	2.107	13	2.866	457	527,1%
Outros	1.357	26	1.799	67	2585,1%
	<u>88.700</u>	<u>7.513</u>	<u>246.710</u>	<u>116.064</u>	<u>112,6%</u>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Adiantamentos a fornecedores	-	-	1.236	6.191	-80,0%

Partes relacionadas	101.955	3.724	27.927	3.724	649,9%
Impostos Diferidos	-	-	5.065	-	
	<u>101.955</u>	<u>3.724</u>	<u>34.228</u>	<u>9.915</u>	<u>245,2%</u>
<b>Investimentos</b>	275.401	14.863	-	14.862	
<b>Imobilizado</b>	1.021	21.897	363.699	146.034	149,1%
<b>Intangível</b>	51.235	26.624	51.238	26.624	92,5%
<b>Diferido</b>	-	-	18.557	13.502	37,4%
	<u>429.612</u>	<u>67.108</u>	<u>467.722</u>	<u>210.937</u>	<u>121,7%</u>
	<u><u>518.312</u></u>	<u><u>74.621</u></u>	<u><u>714.432</u></u>	<u><u>327.001</u></u>	<u><u>118,5%</u></u>

Em 31 de dezembro de

	Controladora		Consolidado		Var %
	2009	2008	2009	2008	
(Em milhares de reais)					
<b>Passivo</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	
<b>Circulante</b>					
Financiamentos	4.852	-	12.999	1.031	1160,8%
Fornecedores	537	389	3.498	820	326,6%
Salários e encargos sociais	779	417	812	422	92,4%
Obrigações fiscais	50	43	210	183	14,8%
Contas a pagar	-	7.503	-	7.503	
Provisão passivo a Descoberto	2.500	-	-	-	
Partes relacionadas	3.654	100	3.648	93	3822,6%
Outros	-	-	3	-	
	<u>12.372</u>	<u>8.452</u>	<u>21.170</u>	<u>10.052</u>	<u>110,6%</u>
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos	84.921	-	261.276	250.633	4,2%
Adiantamento para futuro					
aumento de capital	-	-	2.995	382	684,0%
Contas a Pagar	-	-	437	-	
Debêntures	10.104	-	10.104	-	
Partes relacionadas	-	15.030	200	14.795	-98,6%
	<u>95.025</u>	<u>15.030</u>	<u>275.012</u>	<u>265.810</u>	<u>3,5%</u>
<b>Participações dos Minoritários</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.335</u>	<u>-</u>	

**Patrimônio líquido**

Capital social	150.253	20.884	150.253	20.884	619,5%
Reservas de capital	318.167	42.109	318.167	42.109	655,6%
Prejuízos acumulados	(57.505)	(11.854)	(57.505)	(11.854)	385,1%
	<u>410.915</u>	<u>51.139</u>	<u>410.915</u>	<u>51.139</u>	<u>703,5%</u>
	<u>518.312</u>	<u>74.621</u>	<u>714.432</u>	<u>327.001</u>	<u>118,5%</u>

**ATIVO*****Circulante***

*Caixa e equivalente de caixa:* o saldo consolidado dessa conta em 31 de dezembro de 2009 era de R\$149.593 mil, em comparação com o saldo de R\$114.691 mil verificado em 31 de dezembro de 2008, uma variação, portanto, de 30,43%. O incremento verificado na conta, na ordem de aproximadamente R\$34.902 mil, deve-se quase em sua totalidade a saldos de aportes de capital realizados pelo FIP Multiner ao longo do ano de 2009, ainda não utilizados para investimentos em ativos fixos.

*Aplicações financeiras vinculadas:* na visão consolidada, referida conta não apresentava saldo em 2008, verificando-se um saldo de R\$ 71.270 mil em 31 de dezembro de 2009, sendo aproximadamente R\$ 66.903 mil referente à constituição de garantias a financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil para nossa controlada New Energy, e R\$ 4.367 mil referentes a contratação de contra-garantias prestadas ao Bicbanco S.A. em função de fianças bancárias emitidas por tal instituição financeira em benefício de nossas controladas Termelétrica Itapebi e Termelétrica Monte Pascoal.

*Adiantamento a Fornecedores:* o saldo consolidado dessa conta passou de R\$ 687 mil em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 13.133 mil em 31 de dezembro de 2009. O incremento de aproximadamente R\$ 12.446 mil é explicado principalmente pelos adiantamentos concedidos a prestadores de serviços em função de serviços de engenharia relativos à construção das termelétricas de Itapebi e Monte Pascoal, custo este que não era ocorrido pela Companhia de forma relevante em 2008.

*Pagamentos Antecipados:* Não apresentávamos saldo nessa conta em 31 de dezembro de 2008, passando a mesma para R\$ 7.137 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência de valores pagos a título de abertura de carta de crédito e de seguro garantia por nossa controlada New Energy, que se caracterizam como custos de transação, e foram alocados neste grupo, temporariamente, até o momento em que ocorrer a efetiva liberação de recursos, quando serão transferidos para conta de empréstimos e amortizados de acordo com o prazo do contrato.

*Impostos a Recuperar:* apresentava saldo consolidado de R\$ 2.866 mil em 31 de dezembro de 2009, comparado a R\$457 mil em 31 de dezembro de 2008. O incremento, de R\$ 2.409 mil refere-se basicamente à retenção de imposto de renda sobre aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas, cujo incremento é detalhado na explicação à variação das contas “Caixa e equivalente de caixa” e “Aplicações Financeiras Vinculadas” acima.

***Não-Circulante******Realizável a longo prazo***

*Adiantamento a fornecedores:* Essa conta apresentava saldo consolidado de R\$1.236 mil em 31 de dezembro de 2009, em comparação a R\$ 6.191 mil em 31 de dezembro de 2008, uma redução portanto de 80,04%. A variação, de R\$ 4.955 mil é explicada em grande parte pela devolução de parte dos recursos anteriormente adiantados à De Wind INC. em função de reserva para compra de aerogeradores, uma vez que a compra planejada não se concretizou. Espera-se que a devolução do saldo remanescente deva

ocorrer até o 1º (primeiro) trimestre de 2011.

*Partes relacionadas:* o saldo consolidado dessa conta em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 27.927 mil, em comparação a um saldo de R\$ 3.724 mil em 31 de dezembro de 2008. A variação de R\$ 24.203 mil, ou 649,92%, deve-se basicamente a (i) empréstimo de R\$ 9.473 mil, concedido pela Companhia à Eólica Administração e Participações Ltda. Para aumento do capital social da New Energy (sociedade cujas ações são detidas 80% pela Companhia e 20% pela Eólica Administração e Participações Ltda.), por força de acordo de acionistas no qual a Companhia se obriga a fornecer recursos para a Eólica Administração e Participações Ltda. em caso de necessidade de aumento do capital social da New Energy para que esta possa cumprir seu objeto social, e (ii) empréstimo de R\$ 12.526 mil, concedido pela Companhia à Multiner Óleo e Gás S.A com a finalidade de sondagem.

*Imposto Diferido.* Não apresentávamos saldo de Imposto Diferidos para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 o saldo desta conta foi de R\$ 5.065 mil. Essa variação deve-se, principalmente, pelo reconhecimento de créditos tributários relativos à estimativa de lucros tributáveis futuros, para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

#### ***Investimento***

O saldo consolidado de nossa conta de investimentos relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 14.862 mil contra zero relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Dos referidos R\$ 14.862 mil, R\$ 11.764 mil eram relativos a adiantamento para a aquisição das termelétricas Itapebi e Monte Pascoal, cuja efetivação da compra e venda dependia de aprovação da ANEEL, a qual foi outorgada em 02 de janeiro de 2009. Com a efetiva aquisição de tais termelétricas, esse valor passou integrar nosso o grupo de intangível como ágio apurado na aquisição de investimentos. Os demais R\$ 3.098 mil eram adiantamento para futuro aumento de capital das termelétricas de Itapebi e Monte Pascoal os quais foram integralizados após a efetiva transferência destas para a companhia.

#### ***Imobilizado***

O saldo consolidado de nosso imobilizado era R\$146.034 mil ao término do exercício social de 2008, passando para R\$363.699 mil ao término do exercício social de 2009. Esta variação é referente às usinas de Monte Pascoal, ITAPEBI e Alegria I e II, e decorre principalmente dos seguintes elementos: (i) pagamento antecipado para compra de equipamentos, tais como geradores e aerogeradores, no valor de R\$133.837 mil; (ii) antecipação de impostos federais sobre importação de equipamentos da Vestas para empreendimentos Alegria I e Alegria II no montante de R\$ 29.649 mil e (iii) construção de usinas, no que se refere a obras civis e montagem de estruturas, subestações e equipamentos elétricos e mecânicos, no valor de R\$30.081 mil.

#### ***Intangível***

Nosso saldo consolidado de intangível era de R\$ 51.238 mil em 31 de dezembro de 2009 contra R\$ 26.624 mil em 31 de dezembro de 2008. Esta variação de R\$ 24.614 mil, ou 92,45% decorre, principalmente, do que segue: (i) efetivação da aquisição das termelétricas Itapebi e Monte Pascoal e conseqüente apuração de ágio no montante de R\$ 11.764 mil (vale frisar que o teste de realização do ativo será efetuado em função dos prazos das projeções de rentabilidade futura, revisadas anualmente pelo período dos contratos de venda de energia contados da data de entrada em operação das usinas); e (ii) incremento nos projetos Pernambuco, Sapeçu e Paraíba (Santa Rita).

#### ***Diferido***

Em 31 de dezembro de 2009, nosso diferido somava R\$ 18.557 mil contra R\$ 13.502 mil em 31 de dezembro de 2008, verificando-se uma variação de R\$ 5.055 mil ou 37,44%. A diferença entre estes saldo é decorrente da consolidação em nosso balanço, durante o exercício social de 2009, das termelétricas Itapebi e Monte Pascoal, as quais já possuíam valores contabilizados a título de diferido.

## **PASSIVO**

### ***Circulante***

*Financiamentos.* Nosso saldo consolidado de financiamentos somava R\$ 12.999 mil em 31 de dezembro de 2009 comparado ao montante de R\$ 1.031 mil em 31 de dezembro de 2008. Esta variação, de R\$ 11.968 mil ou 1.160,81% é explicada pela transferência financiamentos da linha de não circulante em função de vencimento de suas parcelas.

*Fornecedores:* o saldo consolidado dessa conta era de R\$ 3.498 mil em 31 de dezembro de 2009, em comparação a R\$ 820 mil em 31 de dezembro de 2008. Tal variação, de R\$ 2.678 mil ou 326,59%, é explicada em grande parte pela contratação de serviços de engenharia para a construção das Termelétricas de Itapebi e Monte Pascoal (no valor de R\$ 1.962 mil), e compra de equipamentos para a Termelétrica de Itapebi (no valor de R\$365 mil).

*Partes Relacionadas.* O saldo consolidado da conta de transações com partes relacionadas alcançou R\$ 3.648 mil, em 31 de dezembro de 2009, comparado com R\$ 93 mil em 31 de dezembro de 2008. Esta variação, de R\$ 3.555 mil ou 3.822,58%, decorre do pagamento das obrigações com partes relacionadas no valor de R\$ 93 mil e da reclassificação, da conta de “contas a pagar” para a presente conta, de R\$ 3.648 mil, referentes à dívida da Companhia perante a Eólica Administração e Participações Ltda. pela compra de 20% de participação no capital social da New Energy, aquisição essa que possibilitou que a Companhia atualmente detenha participação total de 80% da New Energy.

### ***Não Circulante***

*Financiamentos.* Na visão consolidada, apresentamos saldo de financiamentos no montante de R\$261.276 mil em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um saldo de R\$ 250.633 mil em 31 de dezembro de 2008. Tal variação, de R\$10.643 mil ou 4,25% refere-se à incorporação de encargos dos respectivos financiamentos, que são substanciados principalmente por CCBs com vencimento até 2028, cuja remuneração é indexada ao IGP-M acrescido de juros que variam entre 9,0% e 9,65% a.a.

*Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.* Esta conta apresentava saldo de R\$ 2.995 mil em 31 de dezembro de 2009, em comparação com um saldo de R\$ 382 mil em 31 de dezembro de 2008. A variação, de R\$ 2.613 mil ou 684,03%, refere-se à participação de sócios minoritários na nossa controlada Cia. Energética do Uruguai.

*Debêntures.* A Companhia emitiu debêntures, em novembro de 2009, cujo saldo somava R\$ 10.104 mil em 31 de dezembro de 2009. As debêntures são de emissão privada, com garantia flutuante e não conversíveis em ações, com vencimento em novembro de 2015 e remuneração equivalente a 105% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros. Em 31 de dezembro de 2008, não tínhamos debêntures em circulação.

*Partes Relacionadas.* O saldo apresentado desta conta era de R\$200 mil em 31 de dezembro de 2009 contra R\$14.795 mil em 31 de dezembro de 2008. Esta variação decorre substancialmente da liquidação, por parte da Rio Amazonas S.A., de contrato de mútuo no valor de R\$14.727 mil.

### ***Patrimônio Líquido***

*Capital Social:* O saldo dessa conta era de R\$150.253 mil em 31 de dezembro de 2009, em comparação a R\$20.884 mil em 31 de dezembro de 2008. O incremento de R\$129.369 mil, ou 619,46% refere-se principalmente a aumento do capital social da Companhia, emissão de 430.669 novas ações preferenciais resgatáveis, subscrito pelo FIP Multiner.

*Reserva de Capital:* O saldo dessa conta era de R\$ 318.167 mil em 31 de dezembro de 2009, em comparação a R\$ 42.109 mil em 31 de dezembro de 2008. O incremento de R\$ 276.058 mil ou 655.58% refere-se principalmente aos recursos oriundos do aumento do capital social da Companhia no valor de R\$133.859 mil, subscrito pelo FIP Multiner, alocados à reserva de capital.

*Prejuízos Acumulados:* O saldo dessa conta era de R\$ 57.505 mil negativos em 31 de dezembro de 2009, em comparação a R\$ 11.854 mil negativos em 31 de dezembro de 2008. A variação de R\$45.651 mil negativos é explicada pelo resultado negativo do exercício, detalhado no item “Principais Alterações nas Contas do Resultado” acima.



*Comparação das Informações Financeiras dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007*

**Contas do Resultado**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Pessoal	(2.519)	(9)	(2.519)
Honorários dos administradores	(2.894)	-	(2.894)
Gerais e administrativas	(1.462)	(43)	(1.462)
Serviços de terceiros	(3.698)	-	(3.698)
Tributárias	(38)	(7)	(38)
Depreciação e amortização	(106)	-	(106)
	<u>(10.717)</u>	<u>(59)</u>	<u>(10.717)</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	178	-	178
Despesas financeiras	(1.255)	(1)	(1.255)
	<u>(1.077)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1.077)</u>
<b>Prejuízo do período</b>	<u>(11.794)</u>	<u>(60)</u>	<u>(11.794)</u>

**Contas Patrimoniais**

<b>Ativo</b>	<b>Controladora 2008</b>	<b>2007</b>	<b>Consolidada 2008</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6.651	22	114.691
Adiantamentos a fornecedores	670	-	687
Partes relacionadas	153	3	162
Outros	39	-	524
	<u>7.513</u>	<u>25</u>	<u>116.064</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Adiantamentos a fornecedores	-	-	6.191
Partes relacionadas	3.724	2.535	3.724
	<u>3.724</u>	<u>2.535</u>	<u>9.915</u>
<b>Investimentos</b>	14.863	4	14.862
<b>Imobilizado</b>	21.897	27	146.034
<b>Intangível</b>	26.624	-	26.624
<b>Diferido</b>	-	-	13.502
	<u>67.108</u>	<u>2.566</u>	<u>210.937</u>
	<u>74.621</u>	<u>2.591</u>	<u>327.001</u>

<b>Passivo</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.031
Fornecedores	389	-	820
Contas a pagar	7.503	-	7.503
Impostos, taxas e contribuições	43	5	183
Salários e encargos sociais	417	6	422
Partes relacionadas	100	4	93
	<u>8.452</u>	<u>15</u>	<u>10.052</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	-	250.633
aumento de capital	-	-	382
Partes relacionadas	15.030	-	14.795
	<u>15.030</u>	<u>-</u>	<u>265.810</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	20.884	728	20.884
Reservas de capital	42.109	1.908	42.109
Prejuízos acumulados	(11.854)	(60)	(11.854)
	<u>51.139</u>	<u>2.576</u>	<u>51.139</u>
	<u>74.621</u>	<u>2.591</u>	<u>327.001</u>

A Companhia foi constituída em 21 de maio de 2007, tendo passado a maior parte desse ano dedicada a aspectos burocráticos de sua formação e à incorporação dos ativos que viriam a compor sua atividade-fim, de empresa investidora no segmento de energia. Assim, a Companhia veio a contratar seus dois primeiros empregados tão somente no mês de dezembro e praticamente não apresentou movimentação financeira ou despesas operacionais, mas sim, movimentações preliminares incipientes relativas a contas patrimoniais.

Ante o exposto, e tendo em vista o efetivo início do desenvolvimento de seus projetos ocorrido durante o exercício de 2008, a Companhia entende não haver comparabilidade entre os números apresentados relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007. Para maiores informações sobre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, vide item “Comparação das Informações Financeiras dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008” acima.

## 10.2.

### **a) resultados das operações da Companhia**

A Multiner S.A., por se tratar de uma empresa detentora de empreendimentos que se encontram em fase pré-operacional, não possui resultados operacionais até o momento.

### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As receitas operacionais da Companhia são afetadas diretamente pela inflação, tendo em vista que nossos contratos são atrelados a índices de variação de preços em território nacional, como o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM e Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

### **c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são afetados pela inflação, uma vez que as nossas receitas são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e nossos custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria de nossos custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM e o IPCA. Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a nossa receita e resultados operacionais são analisados a seguir:

#### **Inflação**

O resultado operacional da Companhia é afetado diretamente pela inflação, tendo em vista que tanto nossos contratos de compra e venda de energia, como nossos custos operacionais, em sua maioria em moeda nacional, são atrelados a índices de variação de preços em território nacional, como o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM e Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Além dos custos operacionais, nosso resultado financeiro é afetado pela variação da inflação, uma vez que tanto a Multiner S.A. como sua controlada New Energy Options possuem dívida atrelada aos índices acima citados.

Os gastos com a contratação de serviços e utilidades (aluguel do imóvel de nossa sede e fornecimento de eletricidade e telefonia), na visão da Controladora, representaram aproximadamente 17,5% das nossas despesas administrativas em 2009. Por sua vez, as despesas administrativas significaram 14,2% do total de despesas operacionais. Tais gastos estão atrelados aos índices de medição da inflação, em especial o IGPM. Nossos gastos com pessoal representaram aproximadamente 7,1% das nossas despesas operacionais totais em 2009. No Brasil, salários de empregados geralmente sofrem reajuste anual, baseado em acordos coletivos entre os sindicatos a que pertencem e os empregadores, os quais usualmente utilizam o INPC como parâmetro para suas negociações.

#### **Taxa de Juros**

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

No cenário atual da controladora e de suas controladas, este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre as receitas e despesas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras e empréstimos.

Em uma perspectiva futura, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no

mercado financeiro brasileiro nos afetam indiretamente, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia. O consumo privado no Brasil cresceu de R\$1,4 trilhão em 2003 para R\$2,4 trilhão em 2008, o que representou uma taxa média de crescimento (“CAGR”) de 11,2%.

A Política de Gestão de Riscos de Mercado visa formalizar o acompanhamento das tendências de variações nas variáveis macroeconômicas, entre elas a taxa de juros nacional, que podem afetar negativamente os resultados da companhia, e emitir relatórios à alta administração com recomendações de eventuais instrumentos financeiros a serem utilizados para proteção.

### **Taxa de Câmbio**

A estrutura patrimonial da Multiner S.A. não está exposta a variações cambiais, no entanto como parte relevante dos fornecedores de Máquinas e Equipamentos para a atividade de geração de energia, são sediados em outros países, e conseqüentemente negociados em moeda estrangeira. Variações do valor da moeda nacional em relação a outras moedas, em especial ao Dólar Americano e ao Euro, afetam diretamente a rentabilidade de nossos empreendimentos.

Alguns dos países que sediam os referidos fornecedores de máquinas e equipamentos nacionais, possuem linhas específicas de financiamento para estimular a exportação, e que são considerados uma boa opção de captação de recursos pela Multiner S.A.. A eventual obtenção de financiamento junto a estas instituições poderá expor os resultados financeiros da Multiner a variações na taxa de câmbio.

A Política de Gestão de Riscos de Mercado, visa formalizar o acompanhamento das tendências de variações nas variáveis macroeconômicas, entre elas a variação cambial, que podem afetar negativamente os resultados da companhia, e emitir relatórios à alta administração com recomendações de eventuais instrumentos financeiros a serem utilizados para proteção.

### **Crédito**

Com exceção das usinas eólicas que foram contratadas no âmbito do PROINFA, que tem garantia da Eletrobrás, os demais contratos de vendas de energia dos empreendimentos térmicos foram obtidos em Leilões de Energia Nova, promovidos pela ANEEL, e foram firmados com dezenas de companhias distribuidoras de energia elétrica estabelecidas no País. Além da diluição de risco natural em função do número de contratantes, cada empresa de distribuição foi obrigada a aportar garantias e contra-garantias que aumentam a qualidade do recebível.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de *rating*.

### **Tributação**

Estamos sujeitos ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de 25%, representando uma tributação total de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$48,0 milhões ou a R\$4,0 milhões multiplicado pelo número de meses de atividade, é facultado a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL com base no Lucro Presumido. O imposto com base no Lucro Presumido será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, implica na aplicação de alíquota composta equivalente a 25% (sendo 15% da alíquota legal, acrescida de um adicional de 10% sobre as receitas que excederem R\$60 mil em um trimestre) sobre uma base equivalente a 8% da Receita Bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da Receita Bruta. Ainda, no regime de Lucro Presumido, o regime de apuração de PIS e COFINS é cumulativo, sujeito, à alíquota de 0,65% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 1,65%) para PIS e 3% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 7,6%) para COFINS, calculados sobre o total das receitas da Companhia. Atualmente, adotamos o regime de tributação do lucro real tanto em nossa controladora como em nossas controladas.

Nossas receitas operacionais líquidas corresponderão à receita operacional bruta total resultante das vendas, deduzida de descontos e devoluções, além dos valores a serem pagos referentes aos recolhimentos de PIS/COFINS e ICMS (sendo este último somente aplicável em eventuais operações de

venda de energia a consumidores finais).

Alguns de nossos projetos, entretanto, se concebidos conforme inicialmente planejados, estarão localizados em áreas contempladas com benefícios fiscais que irão minimizar o impacto tributário ao possibilitar a utilização de parte do imposto de renda devido (75%) para aplicação em investimentos de manutenção da Companhia, desde que aprovados pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste. A não feitura do investimento e/ou a não aprovação daquela Agência demandara a obrigatoriedade de recolhimento do imposto em questão para a União. A receita financeira advinda do montante segregado do imposto (75%) poderá ser normalmente aplicada, sem quaisquer condicionantes.

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. Alguns estados também já incorporam em sua legislação benefícios para o ICMS na compra de equipamentos e poderemos nos beneficiar de mecanismos semelhantes.

As UTEs Itapebi e Monte Pascoal obtiveram incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste nos benefícios fiscais referente ao direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior; (ii) produzidos no Estado da Bahia; ou (iii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo e ao desconto no ICMS incidentes na aquisição de óleo combustível.

Esperamos enquadrar nossos projetos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infra-Estrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC (no caso específico do setor de energia elétrica, REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) é a suspensão da exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS (mercado interno e importação) que será convertida a alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de infra-estrutura. Pretendemos também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

### **10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia**

#### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia foi concebida com o objetivo participar em outras sociedades e empreendimentos, principalmente nos setores de energia, oferecendo aos mercados de distribuição e consumo, alternativas em energia elétrica.

Possui empreendimentos e projetos para uma base de fontes diversificadas de geração de energia, tais como: (a) energia eólica - duas usinas em construção no estado do Rio Grande do Norte (Alegria I e Alegria II) com contrato de comercialização assinado junto a Eletrobrás; (b) energia termelétrica - sete empreendimentos, localizados na Região Nordeste, com Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado já assinados com os distribuidores, e ; (c) energia hidrelétrica - em fase de desenvolvimento o projeto Iraí, que tem como finalidade o registro dos estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, orçados no valor aproximado de R\$19.290 mil, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai.

#### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 08 de março de 2010, a Multiner S.A. passou a deter 97% do capital social da 2007 Participações S.A., empresa que detém 99,99% das ações da Rio Amazonas Energia S.A – RAESA, através de: (a) exercício da opção de compra de 67% das ações, ao preço de exercício de R\$4, conforme definido no contrato de opção de compra de ações e outras avenças, firmado com a Crisga Consultoria em Energia

Elétrica e Participações Ltda, em 28 de fevereiro de 2008, e; (b) aquisição de 30% do restante das ações, ao preço de exercício de R\$2,42, conforme definido no contrato de compra e venda de ações, firmado com a Quattropar – Participações e Empreendimentos Ltda. No entanto, a efetiva transferência de controle depende de aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 05 de janeiro de 2010, a Multiner S.A. adquiriu opção de compra de 85% das ações da Multiner Óleo e Gás S.A, detentora de 50% do contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural nº 48610.009208/2005-55, com relação ao bloco SF-T-133. Tal opção vencerá em 31 de dezembro de 2010.

#### **c) eventos ou operações não usuais**

Não houve, em 2009, qualquer processo que pudesse gerar eventos não recorrentes que impactassem os resultados financeiros desse período.

### **10.4. Comentários dos diretores sobre:**

#### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Preparamos nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que é baseada na Lei das Sociedades por Ações, que inclui, a partir de 1º de janeiro de 2008, os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, nas regras e regulamentos emitidos pela CVM e nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON.

O principal objetivo da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 é atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM com base nas normas internacionais de contabilidade.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações foram avaliadas, mensuradas e registradas por nós, com reflexo nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Tais mudanças caracterizam-se como mudança de prática contábil conforme disposto na Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 do CPC, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, as companhias eram permitidas a refletirem os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro 2008. Em 31 de dezembro de 2009 não existiram ajustes decorrentes de mudança de práticas contábeis que impactaram os lucros acumulados da Companhia.

#### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei 11.941/09) não trouxeram efeitos patrimoniais significativos que pudessem afetar a comparação entre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008 e 2009.

### **c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores. O parecer de auditoria da KPMG relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 contém parágrafo de ênfase acerca do fato da recuperação dos ativos depender do sucesso das operações futuras, bem como, da dependência de suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que as operações se tornem rentáveis.

#### **10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):**

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Preparamos nossas demonstrações financeiras com base em estimativas e suposições decorrentes de nossa experiência e diversos outros fatores que acreditamos serem razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que adotamos são aquelas que acreditamos serem relevantes para determinar nossa condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando nossa administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação de nossas práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que nossa administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os nossos ativos, passivos, receitas e despesas.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, basicamente, o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A discussão abaixo expressa o que a nossa administração entende serem nossas práticas contábeis críticas.

#### **Reconhecimento de Receitas**

Como a Companhia e suas controladas, se encontravam em fase pré-operacional até 31 de dezembro de 2009, não há registro de receita obtida com a venda de energia elétrica.

As receitas financeiras são reconhecidas no resultado da Companhia quando da avaliação dos seus ativos financeiros não sendo, a receita, reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

#### **Deterioração e Depreciação do Ativo Imobilizado e Intangível**

Reconhecemos regularmente as despesas relativas à depreciação de nosso imobilizado e à amortização de nossos intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas nossas estimativas durante o período pelo qual esperamos geração de benefícios econômicos. Além disso, monitoramos o uso de nossos ativos fixos e intangíveis para determinar a necessidade de contabilização de sua deterioração.

A determinação desta deterioração envolve julgamentos e estimativas quanto ao retorno adequado dado por estes ativos em relação ao seu valor contábil. Caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia reconhece a desvalorização por meio de constituição de provisão para perdas.

A administração efetuou esta avaliação e não identificou saldos a serem provisionados em 31 de dezembro de 2009.



## **Imposto de renda e contribuição social**

Contabilizamos o ativo e passivo fiscal diferidos com base nas diferenças entre os valores contábeis e a base tributária de nossos ativos e passivos, levando em consideração os dispositivos da Instrução da CVM nº 371/02. Revisamos com regularidade a recuperabilidade do ativo fiscal diferido. De acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros, um ativo fiscal somente é reconhecido caso sua probabilidade de ser realizável seja provável. Nossa administração acredita que a realização do ativo fiscal diferido líquido seja provável, mas seu valor é sujeito às incertezas tendo em vista que depende da medida em que tal ativo poderá ser realizado, que por sua vez depende dos lucros tributáveis de períodos futuros. O montante do ativo fiscal diferido considerado realizável poderá, no entanto, ser reduzido caso sejam reduzidas as estimativas de lucro tributável futuro durante o período no qual o ativo fiscal diferido seria utilizado.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. (Base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras).

## **Provisão para Contingências**

Registramos, quando necessário, provisões para contingências legais com base em análise do litígio em andamento. Contabilizamos valores considerados suficientes por nossa administração e com base no parecer de nossos advogados internos e externos para cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que nosso julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, devemos reavaliar as obrigações potenciais relacionadas ao litígio em andamento e rever nossas estimativas.

Em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas não eram partes interessadas em litígios e, portanto, não há contingências provisionadas ou passíveis de divulgação nestas datas.

## **10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:**

### **a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia busca permanentemente a atualização de suas práticas com o objetivo de aprimorá-los cada vez mais.

O item a seguir apresenta algumas recomendações acerca desses controles feitas pelo auditor independente.

### **b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Até o presente momento não recebemos de nossos auditores qualquer consideração a respeito de questões relacionadas a controles internos.

## **10.7. Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:**

### **a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

A Companhia está fazendo sua primeira oferta pública de valores mobiliários.

**b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável.

**10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia**

**a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos)**

Os nossos principais compromissos assumidos (contratos, obrigação ou outros tipos de compromissos) junto a fornecedores de bens e serviços que, em 31 de dezembro de 2009, que não impactava as demonstrações financeiras da controladora ou a consolidada estão listados abaixo:

<b>Empresa</b>	<b>Objeto do Contrato</b>	<b>Contratado</b>	<b>Valor</b>
New Energy Options Geração de Energia	Gerenciamento de obra	Laureano Meirelles Engenharia Ltda	3.334
New Energy Options Geração de Energia	Gerenciamento de obra	Engineering S.A Serviços	3.892
New Energy Options Geração de Energia	Tarifa de contratação de financiamento	Banco do Nordeste do Brasil S.A (*)	1.993
New Energy Options Geração de Energia	Consultoria em financiamento Banco do Nordeste	Guimarães e Ferreira	625
New Energy Options Geração de Energia	Compra de Equipamentos e serviços de instalação	Vestas Eólica (**)	292.64 1
New Energy Options Geração de Energia	Serviços de Engenharia	Windpower Construções Ltda	30.640
New Energy Options Geração de Energia	Serviços de Montagem e compra de equipamentos	Arteche EDC Equip. e Sistemas S.A.	89.159
New Energy Options Geração de Energia	Contratação de seguros - Riscos de Engenharia	Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.	562
			114.64
Termelétrica Itapebi S.A	Compra de Equipamentos	Caterpillar Motoren GmbH & Co. (**)	3
Termelétrica Itapebi S.A	Compra de Equipamentos	Siemens Ltda.	1.642
Termelétrica Itapebi S.A	Serviços de Engenharia	Engevix Engenharia S.A.	2.096
Termelétrica Itapebi S.A	Serviços de Montagem	Gtel Grupo Técnico de Eletromecânica Ltda	10.748
Termelétrica Itapebi S.A	Serviços de Engenharia	Empa S.A.	17.201
Termelétrica Itapebi S.A	Compra de lastro	Chesf Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (***)	19.886
Termelétrica Itapebi S.A	Assessoria para compra de lastro	Light ESCO Prestação de Serviços Ltda	447
			114.89
Termelétrica Monte Pascoal S.A	Compra de Equipamentos	Wärtsilä Finland (**)	2
Termelétrica Monte Pascoal S.A	Compra de Equipamentos	Siemens Ltda.	2.378
Termelétrica Monte Pascoal S.A	Serviços de Engenharia	Engevix Engenharia S.A.	2.096
Termelétrica Monte Pascoal S.A	Serviços de Montagem	Gtel Grupo Técnico de Eletromecânica Ltda	10.748
Termelétrica Monte Pascoal S.A	Serviços de Engenharia	Empa S.A.	17.201
Termelétrica Monte Pascoal S.A	Compra de lastro	Chesf Companhia Hidro Elétrica do São	20.080

		Francisco (***)	
Termelétrica Monte Pascoal S.A	Assessoria para compra de lastro	Light ESCO Prestação de Serviços Ltda	451
(*) Valor de desembolso futuro integral em contratos de financiamentos relacionados à aquisição de ativo fixo.			
(**) Contratação em Euro, valores previstos considerando a taxa do Euro de 31 de dezembro de 2009 de R\$2,50733/€.			
(***) Em função do atraso na entrada em operação das termelétricas Itapebi e Monte Pascoal, estas empresas participaram de leilões de venda de energia (lastro) promovido pela CHESF, em dezembro de 2009, visando a adquirir energia para o período de 6 (seis) meses, para substituir os 207 MW médios comercializados por estas usinas no leilão de A-3, de 2007.			

#### **b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

#### **10.9. Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:**

##### **a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável.

##### **b) natureza e propósito da operação**

Não aplicável.

##### **c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável.

#### **10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:**

##### **a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)**

Os empreendimentos da Companhia com energia contratada somam uma capacidade instalada de 1.421,3 MW, sendo que 151,8MW em parques eólicos e os restantes 1.269,5 MW em geração térmica a óleo combustível. A implementação destes empreendimentos dar-se-á entre os anos 2010 e 2013, e neles serão investidos um total aproximado de R\$ 2,95 bilhões, contratados e a contratar de fornecedores de equipamentos e serviços de renome nacional e internacional. Além do capital próprio, grande parte dos financiamentos deverá ser obtida junto a bancos de fomento, nacionais ou internacionais como Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB. Há, ainda, a possibilidade de que parte dos financiamentos sejam negociados do exterior, em operação conjunta com os fornecedores internacionais, como é o caso das UTEs Santa Rita de Cássia, Pernambuco III, Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI.

Nossos projetos em desenvolvimento e sem energia contratada por sua vez, somam uma capacidade instalada de 3.036,7 MW em plantas de geração térmica, eólica e hidráulica, e cujo investimento total é

estimado em R\$ 6,68 bilhões. É importante ressaltarmos que o cronograma de implementação destes projetos está intimamente relacionado com as oportunidades que o mercado de energia apresentar no futuro de curto e médio prazos e que, para maximizar nossa possibilidade de expansão, podemos contar com efetiva flexibilidade estratégica, como a inerente aos nossos projetos de termelétricas a óleo combustível que, no mesmo sítio, podem receber projetos alternativos a gás natural, e cuja escolha definitiva de fonte de energia primária será feita em consonância com as indicações mercadológicas.

**b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Em 08 de março de 2010, a Multiner S.A. passou a deter 97% do capital social da 2007 Participações S.A., empresa que detém 99,99% das ações da Rio Amazonas Energia S.A – RAESA, através de: (a) exercício da opção de compra de 67% das ações, ao preço de exercício de R\$4, conforme definido no contrato de opção de compra de ações e outras avenças, firmado com a Crisga Consultoria em Energia Elétrica e Participações Ltda, em 28 de fevereiro de 2008, e; (b) aquisição de 30% do restante das ações, ao preço de exercício de R\$2,42, conforme definido no contrato de compra e venda de ações, firmado com a Quattropar – Participações e empreendimentos Ltda.

Em 05 de janeiro de 2010, a Multiner S.A. adquiriu opção de compra de 85% das ações da Multiner Óleo e Gás S.A., detentora de 50% do contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural nº 48610.009208/2005-55, com relação ao bloco SF-T-133. Tal opção vencerá em 31 de dezembro de 2010.

**c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)**

Em 08 de março de 2010, a Multiner S.A. passou a deter 97% do capital social da 2007 Participações S.A., empresa que detém 99,99% das ações do Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, através de: (a) exercício da opção de compra de 67% das ações, ao preço de exercício de R\$4, conforme definido no contrato de opção de compra de ações e outras avenças, firmado com a Crisga Consultoria em Energia Elétrica e Participações Ltda, em 28 de fevereiro de 2008, e; (b) aquisição de 30% do restante das ações, ao preço de exercício de R\$2,42, conforme definido no contrato de compra e venda de ações, firmado com a Quattropar – Participações e empreendimentos Ltda.

Em 05 de janeiro de 2010, a Multiner S.A. adquiriu opção de compra de 85% das ações da Multiner Óleo e Gás S.A., detentora de 50% do contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural nº48610.009208/2005-55, com relação ao bloco SF-T-133. Tal opção vencerá em 31 de dezembro de 2010.

**10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

## Liquidez e Recursos de Capital

### Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa	3	3	4	3
Bancos conta movimento	2.634	603	3.726	650
Aplicações financeiras	78.690	6.045	145.863	114.038
	<u>81.327</u>	<u>6.651</u>	<u>149.593</u>	<u>114.691</u>

O saldo desta conta passou de R\$114.691 mil em 31 de dezembro de 2008, para R\$149.593 mil em 31 de dezembro de 2009, devido a captação de recursos através de emissão de ações.

### Aplicações financeiras vinculadas

			Consolidado
			2009
	Taxa		
CDBs - BNB	99% do CDI	(1)	48.022
CDBs - BIC	98% do CDI	(2)	4.367
BNB FI Renda Fixa Plus - LP		(3)	18.881
			<u>71.270</u>

- (1) Aplicação financeira em CDB's emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB, vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, firmado em 22 de setembro de 2009, no valor de R\$ 19.258 mil, e para garantia de abertura de crédito documentário para pagamento de importação, no valor de R\$ 28.764 mil, com vencimento em 31 de março de 2010, à Vestas Eólica SAL, mensurados à curva do papel.
- (2) Aplicação em CDB's junto ao BIC Banco, vinculada aos Contratos de Prestação de Fiança firmados pelo próprio BIC Banco com as Termeletricas Itapebi e Monte Pascoal, no valor de R\$2.173 mil e R\$ 2.194 mil, respectivamente, para cada uma das empresas, com vencimento em 07 de agosto de 2010, em garantia à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, mensurados à curva do papel.
- (3) Aplicação financeira vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito firmado com o BNB em 22 de setembro de 2009, mensurado ao valor de mercado.

## Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Mundo Limpo S.A. (1)	707	574	707	574
DeWind (2)	-	-	1.236	6.191
Engevix (3)	-	-	5.592	-
Empa (4)	2.200	-	2.200	-
GTel (5)	-	-	3.618	-
Somax (6)	-	-	883	-
Outros	99	96	133	113
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total de adiantamentos	3.006	670	14.369	6.878
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Circulante	3.006	670	13.133	687
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Não circulante	-	-	1.236	6.191
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

- (1) Refere-se aos desembolsos efetuados à empresa Mundo Limpo S.A. referentes à implantação de usina de reciclagem e beneficiamento de lixo urbano. O projeto de implantação da usina não foi efetivado e a administração está em processo de negociação para recebimento do valor total adiantado. Como garantia de recebimento foi aceito um galpão construído em Parobé (RS), com área aproximada de 4.827,80 m<sup>2</sup>.
- (2) Refere-se aos adiantamentos concedidos à empresa norte-americana DeWind Inc., de US\$710.000, equivalentes a R\$ 1.236 mil (US\$2.650.000 equivalentes a R\$ 6.191 em 31 de dezembro de 2008), a título de reserva para compra de equipamentos para futura utilização pela controlada New Energy. A redução de R\$4.955 mil (US\$ 1.950.000) no exercício 2009, decorreu de devolução pela De Wind Inc. de parte dos recursos anteriormente adiantados, uma vez que a compra planejada não se concretizou. Espera-se que a devolução do saldo remanescente deva ocorrer ao longo do primeiro trimestre de 2011.
- (3) Refere-se ao desembolso efetuado à empresa Engevix Engenharia S.A. a título de adiantamento para a execução das atividades necessárias aos serviços de Engenharia do Projeto Executivo, Gerenciamento do Suprimento e Apoio Técnico à Obra das UTE's de Sapeaçu (Termelétricas Itapebi e Monte Pascoal).

- (4) Refere-se ao adiantamento concedido à empresa EMPA S.A. Serviços de Engenharia, a título de mobilização das obras civis das UTE's de Sapeaçu (Termelétricas Itapebi e Monte Pascoal).
- (5) Refere-se ao adiantamento concedido à empresa GTEL Grupo Técnico de Eletromecânica, a título dos serviços de montagem eletromecânica a serem prestados nas UTE's de Sapeaçu (Termelétricas Itapebi e Monte Pascoal).
- (6) Refere-se ao adiantamento concedido à empresa Somax, a título de compra de equipamentos de ventilação para casa de máquinas Caterpillar, em fabricação, a serem utilizados na Termelétrica de Itapebi.

#### Pagamento antecipado

	<u>Consolidado</u>
	<u>2009</u>
Abertura de carta de crédito – Banco do Nordeste do Brasil	4.559
Seguro garantia – UBF	2.578
	<hr/>
Total de pagamento antecipado	7.137
	<hr/>

Valor pago pela controlada NEO vinculado a contrato de abertura de crédito, alocado neste grupo, temporariamente, até o momento em que ocorrer a efetiva liberação de recursos.

#### Impostos a recuperar

- *Impostos a recuperar*

	Controladora		Consolidado	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imposto de Renda e contribuição social	2.107	13	2.866	457
Circulante	<hr/> 2.107	<hr/> 13	<hr/> 2.866	<hr/> 457
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Os saldos de impostos a recuperar referem-se basicamente a retenção de Imposto de Renda sobre aplicações financeiras da Companhia e suas controladas.

- *Impostos diferidos*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo a estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social de exercícios

anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<b>Ativo não circulante</b>				
Prejuízos fiscais a compensar	-	-	3.724	-
Base negativa de contribuição social	-	-	1.341	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.065</u>	<u>-</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros a Companhia prevê recuperar os créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2010	-	-	-	-
2011	-	-	3.070	-
2012	-	-	1.726	-
2013	-	-	-	-
2014	-	-	269	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.065</u>	<u>-</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.



A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-	-	(17.723)	-
Alíquota fiscal combinada	-	-	34%	-
Imposto de Renda e da Contribuição Social:				
Pela Alíquota fiscal combinada	-	-	6.026	-
Adições				
Despesas não dedutíveis	-	-	2.823	-
Variação Cambial	-	-	1.927	-
Exclusões				
Variação Cambial	-	-	(295)	-
Imposto de Renda e da Contribuição Social no resultado do exercício	-	-	(5.065)	-
Alíquota efetiva	-	-	47%	-

#### *Fontes de Recursos*

A nossa principal atual fonte de recursos de capital corresponde à captação de recursos proveniente de emissão de ações e receitas financeiras, que utilizamos para despesas de manutenção e operacionais e principalmente para investimento em novos projetos. Também obtivemos recursos de capital por meio de emissão de debêntures.

### *Investimentos (CAPEX)*

Em 2009, o CAPEX realizado pela Companhia somou R\$ 199.258 mil, uma variação de R\$ 80.271 mil ante ao montante investido em 2008, que atingiu R\$ 118.987 mil. Os investimentos dos últimos dois anos foram utilizados substancialmente na compra de equipamentos e com EPC (do inglês: *Engineering, Procurement and Construction*) na infraestrutura de obras civis, subestações e outros equipamentos mecânicos e elétricos.

Investiremos parcela substancial dos recursos da Oferta na implantação de nossos empreendimentos. Preveremos incorrer em expressivos investimentos de capital, e, conseqüentemente, em expressivas despesas de juros por longos períodos em razão das características das atividades planejadas. Dessa forma, poderemos não apresentar rentabilidade ou fluxo de caixa positivo, o que pode nos impedir de pagar dividendos.

### *Fluxo de Caixa*

A tabela abaixo demonstra os componentes do nosso fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009. Nossas informações sobre o fluxo de caixa foram extraídas das demonstrações financeiras consolidado auditadas:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Atividade operacional</b>		
Prejuízo do exercício	(45.651)	(11.794)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	158	106
Custo residual do ativo permanente baixado	3.099	-
Provisão para passivo a descoberto	-	-
Encargos financeiros	5.787	421
Custo de Captação	586	-
Equivalência patrimonial	-	-
Impostos diferidos	(5.065)	-
Participação dos minoritários	(1.663)	-
Variação cambial	-	-
	<b>(42.749)</b>	<b>(11.267)</b>
Variações nos ativos e passivos:	-	-
Aumento de adiantamentos a fornecedores	(7.491)	(665)
Aumento de partes relacionadas	(35.993)	(69)
Aumento de pagamentos antecipados	(7.137)	-
Aumento de impostos a recuperar	(2.409)	-

Aumento de outros créditos	(1.732)	(488)
Aumento de obrigações fiscais	27	4
Aumento de fornecedores	2.678	819
Aumento de salários e encargos sociais	390	416
Aumento de outros passivos circulantes	3	-
(Redução) aumento de contas a pagar	(7.066)	7.503
	<hr/>	<hr/>
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas</b>		
<b>atividades operacionais</b>	(101.479)	(3.747)
	<hr/>	<hr/>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Partes relacionadas	-	(1.189)
Aplicações financeiras vinculadas	(71.270)	-
Investimentos em participação societária	-	(14.858)
No imobilizado	(199.258)	(118.987)
No intangível	(12.860)	(26.624)
No diferido	(5.055)	3.230
	<hr/>	<hr/>
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas</b>		
<b>atividades de investimentos</b>	(288.443)	(158.428)
	<hr/>	<hr/>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Partes relacionadas	-	14.374
Debêntures	10.000	-
Adiantamento para aumento de capital	2.613	-
Aumento de capital	8.998	-
Captações de financiamentos	-	144.144
Amortização de financiamentos	(2.214)	-
	-	-
Emissão de ações	405.427	60.357
	<hr/>	<hr/>
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados nas</b>		
<b>atividades de financiamentos</b>	424.824	218.875
	<hr/>	<hr/>

<b>Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	34.902	56.700
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	114.691	57.991
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	149.593	114.691

### **Disponibilidades Líquidas Geradas por Atividades Operacionais**

Nossas disponibilidades líquidas geradas por atividades operacionais podem variar de acordo com a flutuação dos custos dos serviços, despesas operacionais e receita (despesa) financeira. A aplicação do Caixa e equivalentes de caixa nas atividades operacionais foi, em 2009, de R\$101.479 mil, contra R\$ 3.747 mil em 2008, devidos, principalmente ao resultado líquido do exercício e ao aumento de outros ativos não circulantes.

### **Disponibilidades Líquidas Geradas por Atividades de Investimento**

Nossas disponibilidades líquidas geradas por atividades de investimento são afetadas principalmente pela construção de nossos empreendimentos. Nosso fluxo de caixa decorrente de atividades de investimentos passou de aplicação de R\$ 158.428 mil, em 2008, para R\$288.443 mil, em 2009, decorrente de aumentos no imobilizado.

### **Disponibilidades Líquidas Geradas por Atividades de Financiamento**

Nossas disponibilidades líquidas geradas por atividades de financiamento decorrem principalmente de captações de financiamentos. Nosso Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados nas atividades de financiamento passou de R\$ 218.875 mil, em 2008, para R\$424.824 mil, em 2009.

### *Capacidade de Pagamento*

A nossa principal fonte de receitas para pagamento de nossas obrigações financeiras decorrerá de nossas receitas operacionais geradas, quando da entrada em operação dos nossos projetos. Em função do perfil de nossa dívida, nossa posição atual de caixa e diante do fluxo de caixa gerado por nossas operações, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada.

### *Obrigações Contratuais*

A tabela abaixo apresenta os vencimentos de nossas obrigações contratuais mais relevantes com impacto na nossa liquidez, em 31 de dezembro de 2009, que são relativas ao nosso endividamento (empréstimos, financiamentos e outros mútuos) e a outras obrigações assumidas sob certos contratos:

	Vencimentos		
	Total	2010	2011
Alegria I e II	422.846	352.371	70.475
Monte Pascoal e Itapebi	334.509	223.006	111.503

O detalhamento destes valores foi apresentado no item 10.8 (a)

## *Informações Quantitativas e Qualitativas de Risco de Mercado*

Estamos sujeitos a riscos de mercado no curso normal de nossas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente a alterações adversas em taxas de juros e câmbio, à indústria em geral, às nossas atividades e à regulamentação do setor em que atuamos, tais como aplicáveis às nossas licenças.

### **Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Câmbio**

A estrutura patrimonial da Multiner S.A. não está exposta a variações. Porém ao analisarmos o consolidado, a estrutura patrimonial passa a ficar exposta em um valor de US\$710.000,00, referente a créditos com fornecedores externos.

A Companhia, devido ao fato de uma parcela significativa da sua futura imobilização ocorrer no mercado internacional, com a importação de equipamentos para construção dos parques geradores, analisa permanentemente os impactos em sua estrutura patrimonial que estará sujeita a essas variações cambiais.

### **Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Juros**

A Companhia e sua controlada monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

No cenário atual da controladora e de suas controladas, este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre as receitas e despesas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras e empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2009, 96% de nossas dívidas estavam sujeitas às taxas de juros atreladas à ao IGPM. Em decorrência disso, qualquer variação nesses índices poderá resultar em um aumento ou diminuição direta de nossas dívidas e de nossas despesas financeiras, em virtude da correção monetária dos respectivos saldos em aberto.

Atualmente, não realizamos nenhuma operação de hedge para minimizar os riscos inerentes à flutuação das taxas de juros. A receita proveniente de nossos contratos de fornecimento de energia é ajustada anualmente, com base no IGPM.

### **Riscos Regulatórios**

TUSD. A TUSD é paga pelas Geradoras e pelos Consumidores Livres pelo uso do sistema de distribuição da Distribuidora à qual a Geradora ou o Consumidor Livre estejam conectados, e é reajustada anualmente, levando-se em conta a variação de seus componentes. A TUSD compreende os custos de operação e manutenção da rede, encargos setoriais, remuneração dos investimentos e suas depreciações. Atualmente a TUSD é composta de duas partes, uma denominada TUSD-Encargos, calculada de acordo com o uso de energia elétrica, e a outra, denominada TUSD-Fio, cobrada pela demanda contratada. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em KW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/kW.

TUST. A TUST é paga por Distribuidoras, Geradoras e Consumidores Livres pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente pela ANEEL de acordo com (i) a inflação; e (ii) as receitas anuais permitidas para as concessionárias de transmissão, incluindo o custo de expansão, determinadas pela ANEEL.

Cobrança pela Utilização de Recursos Hídricos - Os titulares de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico devem pagar, a título de compensação pela utilização de recursos hídricos, 6,0% sobre o valor da energia elétrica produzida. Em 2000, nos termos da Lei nº 9.984 (que criou ANA), esse percentual foi alterado para 6,75%, sendo que as grandes centrais geradoras de energia elétrica iniciaram o pagamento do adicional de 0,75% em julho daquele ano. Esses valores ainda não são cobrados integralmente pela ANA.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia – TFSEE - Taxa anual, diferenciada em função da modalidade de serviço e proporcional ao porte da concessão, permissão ou autorização (aqui incluídas a produção independente e a auto-produção de energia), alcança 0,5% do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, permissionário ou autorizado, pagas em 12 parcelas mensais.

Reserva Global de Reversão – RGR - Taxa anual, com pagamento mensal, equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em operação, porém não podendo exceder 3,0% do total de sua receita operacional anual. A RGR tem sido usada principalmente para financiar projetos de geração e distribuição. A RGR está programada para se esgotar em 2010.

O Governo Federal passou a cobrar uma remuneração dos Produtores Independentes pelo uso recursos hidrológicos, exceto as PCHs. Os Produtores Independentes devem fazer contribuições para o Fundo de Uso de Bem Público - Fundo UBP, conforme as regras do respectivo processo de licitação pública para outorga das concessões.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (verificar prospecto quanto a encargos pois trata-se de um benefício)

Contribuição para Pesquisa e Desenvolvimento - As concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica devem investir a cada ano um mínimo de 1,0% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. PCHs, projetos de energia solar, eólica e biomassa estão isentos de tal exigência.

Tendo em vista que o Governo Brasileiro freqüentemente promulga alterações à legislação tributária do país, não podemos assegurar quais serão os impactos futuros de eventuais alterações à legislação tributária em nossos resultados operacionais. Eventuais aumentos de alíquotas de encargos tributários ou criação de novos tributos para o segmento de distribuição de energia elétrica, por exemplo, ocasionariam impactos negativos sobre nossas operações. Por outro lado, eventuais incentivos tributários para o setor energético - hoje não existentes – poderiam nos beneficiar positivamente.

Nossas atividades são reguladas e supervisionadas pela ANEEL e pelo MME. A ANEEL, o MME e outras agências regulatórias têm exercido, historicamente, influência relevante em nossos negócios, incluindo nossos níveis de produção de eletricidade, bem como nos tipos, termos e condições dos contratos de compra e venda de energia que somos autorizados a celebrar.